



PARTE H

CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRAS DE BASTO

Aviso n.º 617/2007

O Dr. António Manuel Pinto da Silva, vereador com funções delegadas da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, faz saber que para cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com o despacho de 28 de Novembro de 2006 do vereador com funções delegadas ao abrigo do despacho n.º 17/2005, de 26 de Outubro, vai proceder-se à discussão pública do pedido de aditamento ao alvará de loteamento n.º 7/94, de 9 de Agosto, para o prédio localizado no lugar de Casal, freguesia de Alvite, concelho de Cabeceiras de Basto, requerido por António Rolo & Paulo Mucha, L.ª, com sede no lugar de Casal, freguesia de Alvite, concelho de Cabeceiras de Basto, no que respeita ao lote 2, nomeadamente ao número de pisos da edificação, passando de cave+rés-do-chão+andar para sub-cave+cave+rés-do-chão.

Durante o período de discussão pública, o processo estará disponível para consulta na Divisão Administrativa de Obras.

No decorrer daquele período, as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares deverão ser entregues na Secretaria da Divisão Administrativa de Obras.

14 de Dezembro de 2006. — Por delegação do Presidente, o Vereador, *António Manuel Pinto da Silva*.

1000309081

CÂMARA MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Aviso n.º 618/2007

Renovação de nomeação em comissão de serviço

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta de 8 de Setembro de 2006, e nos termos do n.º 1 do artigo 9.º-B do Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 Junho, que procedeu à adaptação à administração local do regime previsto na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local e altera o Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, foi renovada a comissão de serviço por mais três anos do dirigente José Carlos Fernandes, a partir de 12 de Novembro de 2006.

22 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Caldeira Santos*.

3000223280

Aviso n.º 619/2007

Para os devidos efeitos se faz público que, por meu despacho de 29 de Novembro de 2006, exarado no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi nomeado em comissão de serviço extraordinária pelo período de seis meses para efeitos de reclassificação profissional, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, o funcionário do quadro privativo deste município Delmino Domingos Alves Ferreira, com a categoria de cantoneiro de vias municipais, posicionado no escalão 1, índice 137, para a categoria de condutor de máquinas pesadas e veículos especiais do grupo de pessoal auxiliar, escalão 1, índice 155, com efeitos a partir do dia 4 de Dezembro de 2006.

29 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Caldeira Santos*.

3000223281

CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA

Aviso n.º 620/2007

Torna-se público que, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de

Setembro, em conjugação com o disposto na alínea e) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, por despacho de 28 de Novembro de 2006, foram reclassificadas as funcionárias Amélia Maria Marques Simão da Silva, posicionada na carreira de técnico de contabilidade e administração de 1.ª classe, índice 340, para a carreira de técnico superior de gestão autárquica de 2.ª classe, índice 400, escalão 1, vencimento de € 1287,68, e Maria Manuela Nunes Gonçalves Vaz, posicionada na carreira de técnico de contabilidade e administração de 1.ª classe, índice 340, escalão 1, para a carreira de técnico superior de gestão autárquica de 2.ª classe, índice 400, escalão 1, vencimento de € 1287,68.

As reclassificações supra-referidas foram efectuadas ao abrigo do artigo 2.º, alínea e), do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, e produzem efeitos a partir da data da aceitação das mesmas pelas funcionárias, que deve ocorrer nos 20 dias seguintes à publicação do presente aviso.

11 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Carlos Dias Valente*.

3000223269

Aviso n.º 621/2007

Relativamente ao aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 213, de 6 de Novembro de 2006, para admissão de um técnico superior de 2.ª classe estagiário na área de engenharia civil, foi o mesmo anulado, por despacho do signatário de 12 de Dezembro de 2006, pelos motivos nele constantes.

12 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Carlos Dias Valente*.

3000223268

Aviso n.º 622/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do vereador da Câmara Municipal da Guarda Virgílio Edgar Garcia Bento, no uso de delegação de competência, de 19 de Dezembro de 2006, é renovado, a partir de 24 de Dezembro de 2006, por mais um ano, o contrato de trabalho a termo resolutivo certo na categoria de técnica de jornalismo de 2.ª classe, nos termos do estabelecido no artigo 140.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, com Susana Maria Lourenço Adaixo, escalão 1, índice 295.

20 de Dezembro de 2006. — O Vereador, *Virgílio Edgar Garcia Bento*.

3000223271

Aviso n.º 623/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 27 de Dezembro de 2006, foi nomeado para o lugar de técnico profissional especialista principal/desenhador o candidato José Gonçalves Pereira, aprovado no concurso interno de acesso geral, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 217, de 10 de Novembro de 2006.

A nomeação acima mencionada não está sujeita à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 114.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

O candidato nomeado deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

20 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Carlos Dias Valente*.

3000223270

CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

Aviso n.º 624/2007

Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho proferido aos 13 dias do mês de Novembro de 2006, foi renovado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo celebrado entre o município de Leiria e a Dr.ª Ana Sofia Pires Canas, com a categoria de técnico profissional de comunicação e relações públicas de 2.ª classe, pelo prazo de três anos, com efeitos a 15 de Dezembro de 2006, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 139.º e no n.º 1

do artigo 140.º, *a contrario*, ambos do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e regulamentado pela Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, e do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho.

27 de Novembro de 2006. — A Presidente da Câmara, *Isabel Damasceno Campos*.

1000309313

CÂMARA MUNICIPAL DE MACHICO

Anúncio n.º 141/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de hoje, foi nomeado na categoria de técnico superior assessor — arquitecto António Joaquim da Silva Ferreira, aprovado no concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior assessor — arquitecto, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 201, parte especial, de 18 de Outubro de 2006.

O candidato deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Emanuel Sabino Vieira Gomes*.

1000309344

Anúncio n.º 142/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de hoje, foi nomeada na categoria de técnica superior de 1.ª classe — consultora jurídica Márcia Filipa Andrade Melim de Góis, aprovada no concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior de 1.ª classe — consultor jurídico, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 201, parte especial, de 18 de Outubro de 2006.

A candidata deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Emanuel Sabino Vieira Gomes*.

1000309343

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FRADES

Aviso n.º 625/2007

Para os devidos efeitos se torna público que no aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 220, parte especial, de 15 de Novembro de 2006, o n.º 9 passa a ter a seguinte redacção:

«9 — O júri do concurso será composto pelos seguintes membros:

Presidente — Arménio da Silva Florindo, vice-presidente da Câmara.

Vogais efectivos:

Dr. Carlos Manuel Rodrigues Rocha, técnico superior assessor principal (médico veterinário), que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Dr.ª Florinda Pereirinha, técnica superior de 2.ª classe (gestão autárquica).

Vogais suplentes:

Abílio Rodrigues Lopes da Silva, vereador em regime de permanência.

Dr.ª Sandra Maria da Silva Gonçalves Ferreira, técnica superior de 1.ª classe (educação física).»

20 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Luís Manuel Martins de Vasconcelos*.

3000223320

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Aviso n.º 626/2007

Discussão pública

António Luís da Paixão Melo Borges, vice-presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, torna público que, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, por força

do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se procede, pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, à discussão pública relativa a uma alteração ao alvará de loteamento n.º 2/2006, sito na Rua do Paim, freguesia de São José, por iniciativa da MADIÇOR, L.ª, com sede na Rua do Dr. Filipe Cunha Álvares Cabral, 15, cave, esquerdo, freguesia de São José, pelo que durante os 15 dias desde a data da publicação deste aviso no *Diário da República*, 2.ª série, poderão os interessados apresentar na Secretaria desta Câmara Municipal, por escrito e devidamente fundamentadas e documentadas, quaisquer reclamações, observações ou sugestões que julguem com direito.

A proposta de licença de operação de loteamento encontra-se disponível para consulta no Gabinete de Apoio ao Múncipe da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Não serão consideradas as reclamações, observações ou sugestões apresentadas fora do prazo estabelecido.

21 de Dezembro de 2006. — Por delegação da Presidente da Câmara, o Vice-Presidente da Câmara, *António Luís da Paixão Melo Borges*.

1000309354

CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE

Aviso n.º 627/2007

Torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande de 20 de Novembro de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contado a partir do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República* e no *Jornal Oficial*, concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de operador de reprografia do quadro de pessoal deste município.

1 — O concurso é válido para a vaga existente e caduca com o seu preenchimento.

2 — Local da prestação de trabalho — município da Ribeira Grande.

3 — Serviço a que se destina — Sector Administrativo e Financeiro.

4 — Conteúdo funcional — o previsto no despacho n.º 38/89, do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, de 26 de Janeiro de 1989.

5 — Legislação aplicável ao concurso — Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, 427/89, de 7 de Dezembro, 409/91, de 17 de Outubro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 412-A/98, de 30 de Dezembro, Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

6 — Remunerações — a determinada pelo escalão 1, índice 128, do sistema retributivo da função pública, a que corresponde o vencimento mensal ílquido de € 412,06, acrescido da remuneração complementar.

7 — Requisitos de admissão ao concurso:

7.1 — Gerais e de provimento em funções públicas — são requisitos de admissão ao concurso e provimento em funções públicas, de acordo com o n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

8 — Forma e local de apresentação de candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, que pode ser facultado pelo serviço, dirigido ao presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande e entregue na Secção de Recursos Humanos.

8.2 — Do requerimento deverá constar:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, residência, telefone, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, estado civil, situação militar e número de contribuinte);

b) Habilitações literárias;

c) Referência ao aviso de abertura de concurso;